

7.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Cultura, Educação, Juventude e Desporto

PARECER SOBRE A PROPOSTA N.º 717/2014

(Proposta de Aprovação do V Acordo de Fundadores da Associação Música, Educação e Cultura – O Sentido dos sons, para vigorar no período 2015-2019 e de submissão do correspondente compromisso plurianual)

Na sequência da entrada na Assembleia Municipal de Lisboa da Proposta n.º 717/2014, aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal na sua reunião de 12 de novembro de 2014, e da sua remessa pela senhora Presidente da Assembleia Municipal à comissão competente em razão da matéria, vem a Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto emitir o seu parecer.

1. Enquadramento

A Câmara Municipal de Lisboa submeteu à Assembleia Municipal nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicado em anexo I à mesma lei, uma proposta com vista à aprovação do V Acordo de Fundadores da Associação Música, Educação e Cultura – O Sentido dos sons, para vigorar no período 2015-2019 e de submissão do correspondente compromisso plurianual.

A AMEC é presentemente gestora de três estabelecimentos de ensino (a Academia Nacional Superior de Orquestra, de nível superior, o Conservatório de Música, de nível básico e secundário, e a Escola Profissional Metropolitana, de ensino integrado) e de três orquestras (a Orquestra Metropolitana de Lisboa, a Orquestra Académica Metropolitana e a Orquestra Sinfónica Metropolitana).



Nos termos da exposição de motivos da proposta, o V Acordo vem reconhecer “o alto valor da missão e objetivos da AMEC nos domínios da Educação e da Cultura e [...]a necessidade de estabilização das condições do seu suporte financeiro, de modo a garantir-lhe sustentabilidade económica e material indispensável à prossecução dos seus fins e objetivos” surgindo na senda do empenho dos fundadores, ao longo de 2014, de estabilização do funcionamento da instituição (e que passou, entre outras medidas, por um quadro de alterações estatutárias de relevo). Trata-se, pois, de substituir o IV Acordo, datado de 2005, e cuja adequação ao momento presente já se revela desajustada.

Paralelamente, submete-se igualmente à Assembleia Municipal a necessária aprovação do compromisso plurianual associado à celebração do Acordo, no que concerne às dotações a transferir do orçamento municipal para a Associação.

A proposta aponta ainda para a urgência na celebração do Acordo, de forma a evitar uma rutura no financiamento decorrente do final do período de vigência do IV Acordo, que termina em 31 de dezembro de 2014. O novo acordo deverá ser subscrito pela Câmara Municipal de Lisboa, pelos Secretários de Estado da Cultura e do Desporto e Juventude, pelos Ministros da Educação e Ciência e Solidariedade, Emprego e Segurança Social, pelo Instituto do Turismo de Portugal e pela AMEC.

2. Análise

2.1. Conteúdo do V Acordo de Fundadores

No que concerne às obrigações para o Município de Lisboa, na sua qualidade de fundador, estas traduzem-se no seguinte:

- Atribuição anual à Associação, para financiamento das suas atividades, funcionamento e equipamento, da importância líquida de 1.125.000,00€ (um milhão, cento e vinte e cinco mil euros), em prestações trimestrais;
- Cedência a título gratuito, durante a vigência do Acordo, do espaço sito o Edifício da Standard Elétrica, sito na Travessa da Galé, n.º 36, em Lisboa, para funcionamento da sede e serviços da Associação (incluindo as Orquestras e os estabelecimentos de ensino)



Para além da identificação do Município, na sua qualidade de fundador, nas manifestações artísticas da Associação, figurando em primeiro lugar entre as entidades que a financiam, bem como nos vários suportes documentais de divulgação da AMEC, registam-se ainda, no plano das contrapartidas para o Município de Lisboa, um total de 31 eventos, por cada temporada, distribuídos da seguinte forma:

- a) Dois concertos pela Orquestra Metropolitana de Lisboa (numa das seguintes épocas: Natal ou Ano Novo, Páscoa, Festas da Cidade);
- b) Doze recitais exclusivos por solistas membros da Orquestra Metropolitana de Lisboa;
- c) Até oito recitais a realizar na Casa Fernando Pessoa;
- d) Oito recitais por solistas membros da Orquestra Metropolitana de Lisboa e/ou dos Jovens Solistas da Metropolitana, nos espaços a determinar nas freguesias de Lisboa;
- e) Um grande concerto para crianças do primeiro ciclo, em lugar e data a determinar.

2.2. Comparação com o IV Acordo de Fundadores

Comparativamente com a versão do IV Acordo de Fundadores, pode-se concluir pela existência de um aumento do valor base da contrapartida financeira do Município (então fixado em 1 milhão de euros anuais), que no entanto estava sujeito a uma cláusula de atualização automática a partir da variação média do índice de preços no consumidor, pelo que a opção agora tomada se afigura mais firme no que respeita ao valor a despendar anualmente pela edilidade. A cedência a título gratuito das instalações para a sede e serviços mantém-se nos mesmos termos.

Já no que concerne às contrapartidas para o Município verifica-se uma principal alteração, decorrente da substituição das 30 animações musicais com carácter pedagógico por um grande concerto para crianças do primeiro ciclo. No que concerne às restantes componentes das contrapartidas, regista-se a seguinte evolução:

- Diminuição de 4 para 2 dos grandes concertos sinfónicos da Orquestra Metropolitana de Lisboa;
- Substituição dos 14 concertos da Orquestra Metropolitana de Lisboa (num mínimo de 6) ou da Orquestra Académica Metropolitana por doze recitais exclusivos por solistas da OML;
- Passagem dos dezoito recitais de solistas para 16 recitais (8 na cas Fernando Pessoa e 8 nas Freguesias da cidade).

IV Acordo	V Acordo
4 concertos sinfónicos da OML	2 concertos sinfónicos da OML
14 concertos da OML ou da OAM (sendo 6, pelo menos, da OML)	12 recitais exclusivos de sólitais
18 recitais de solistas	8 recitais na Casa Fernando Pessoa 8 recitais nos espaços das Freguesias

Não obstante a redução de contrapartidas, esta enquadra-se num processo de saneamento e reequilíbrio da gestão financeira da AMEC que tem vindo a ser realizada em anos recentes e com resultados positivos, tendentes a assegurar a sua sustentabilidade financeira a longo prazo e que assentou, entre outras, na revisão dos Estatutos e na reconfiguração do papel dos vários fundadores. Ainda assim, uma continuada evolução positiva pode justificar que, no futuro, o principal fundador, o Município de Lisboa, possa pugnar por uma revisão em alta das contrapartidas que retira das suas contribuições financeiras e em espécie.

2.3. Autorização para a assunção do compromisso plurianual

Nos termos da alínea c) do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público - privadas, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal, quando envolvam entidades da administração local.



Consequentemente, tratando-se de aceitar a vinculação anual do Município de Lisboa à transferência de 1.125.000,00€ para a AMEC, por um período de 5 anos (2015-2019), importa obter prévia autorização da Assembleia Municipal. Os documentos remetidos são suficientes e adequados a fazer a demonstração da necessidade e dos valores envolvidos, pelo que estão cumpridos os requisitos legais necessários à submissão da matéria a votação pelo plenário da AML.

3. Recomendações

Recomenda-se à Câmara Municipal:

- a) A Programação dos 31 eventos decorrentes da presente versão do acordo de forma descentralizada, garantindo a possibilidade a todas as Freguesias de pelo menos um concerto de uma das orquestras da AMEC;
- b) O reforço das contrapartidas para o Município de Lisboa em futuras revisões do acordo ou na celebração de aditamentos ao mesmo, consoante as condições de sustentabilidade da instituição o permitirem, atento o peso relativo da contribuição da CML para a AMEC, agora reforçada, de forma a assegurar uma repartição mais equilibrada e descentralizada de eventos pelo território da cidade, nomeadamente no que concerne:
 - A garantia da possibilidade de realização descentralizada de um concerto pela Orquestra Metropolitana em todas as Freguesias da cidade no período global de vigência do acordo (bastando, para o efeito, a previsão de 4 concertos por temporada, como na versão vigente do IV Acordo de Fundadores, e à qual acresce o concerto para as crianças do 1.º ciclo);
 - O reforço do número de recitais por solistas, de forma a assegurar que o conjunto de recitais a programar pelo Município e a alocar às Freguesias assegure um evento em cada Freguesia por temporada (pelo menos 24 ao invés dos atuais 20);



4. Conclusões

Analizada a proposta de aprovação do V Acordo de Fundadores da Associação Música, Educação e Cultura – O Sentido dos sons, para vigorar no período 2015-2019, e de submissão do correspondente compromisso plurianual, a Comissão de Cultura, Educação, Juventude e Desporto da Assembleia Municipal de Lisboa emite parecer favorável à mesma, concluindo o seguinte:

A proposta cumpre todos os requisitos legais aplicáveis, encontrando-se igualmente presentes todos os elementos necessários à deliberação quanto à assunção do compromisso plurianual, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Lisboa, Assembleia Municipal, 4 de dezembro de 2014,

O Deputado Relator

Pedro Delgado Alves

A Presidente da Comissão

Simonetta Luz Afonso